

SUMÁRIO

HISTÓRIA	19
■ ANTIGUIDADE	19
OS POVOS DO ORIENTE PRÓXIMO E SUAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS	19
AS CIDADES-ESTADOS DA GRÉCIA	20
FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DECLÍNIO DO IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE	20
A VIDA SOCIOECONÔMICA E RELIGIOSA DOS MESOPOTÂMICOS, EGÍPCIOS, FENÍCIOS E HEBREUS	22
O LEGADO CULTURAL DOS GREGOS E DOS ROMANOS	24
■ MUNDO MEDIEVAL	25
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FEUDAL	25
A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA FEUDAL	25
OS REINOS CRISTÃOS DA PENÍNSULA IBÉRICA	26
O CRESCIMENTO COMERCIAL-URBANO E A DESAGREGAÇÃO DO FEUDALISMO	26
A CIVILIZAÇÃO MUÇULMANA	27
O LEGADO CULTURAL DO MUNDO MEDIEVAL	27
A CIVILIZAÇÃO BIZANTINA	27
■ MUNDO MODERNO	28
A RENASCENÇA: A REFORMA E A CONTRARREFORMA	28
A EXPANSÃO MARÍTIMO-COMERCIAL E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA, ÁFRICA E ÁSIA	29
FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS MONARQUIAS NACIONAIS	30
AS REVOLUÇÕES BURGUESAS DO SÉCULO XVII	30
ILUMINISMO E DESPOTISMO	31
A POLÍTICA ECONÔMICA MERCANTILISTA	32
A CRISE DO SISTEMA COLONIAL E A INDEPENDÊNCIA NO CONTINENTE AMERICANO	32
■ MUNDO CONTEMPORÂNEO	32
A REVOLUÇÃO FRANCESA	32
O PERÍODO NAPOLEÔNICO	33
OS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS LATINO-AMERICANAS	33

O IDEAL EUROPEU DE UNIFICAÇÃO NACIONAL	34
A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL; A EXPANSÃO E O UNIVERSO CAPITALISTA.....	34
A CORRIDA IMPERIALISTA: O APOGEU DA HEGEMONIA EUROPEIA.....	35
A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	35
A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917 E A FORMAÇÃO DA URSS.....	36
O PERÍODO ENTRE GUERRAS; AS DEMOCRACIAS LIBERAIS E OS REGIMES TOTALITÁRIOS	36
A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	38
A DESCOLONIZAÇÃO AFRO-ASIÁTICA.....	39
A FASE DO PÓS-GUERRA E A GUERRA FRIA	39
A ESTRUTURA DE ESPOLIAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E OS OPRIMIDOS DO TERCEIRO MUNDO.....	40
AS GRANDES LINHAS DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO SÉCULO XX.....	41
O PETRÓLEO, O ORIENTE MÉDIO E AS LUTAS RELIGIOSAS	41
■ BRASIL COLÔNIA	42
A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA E O DESCOBRIMENTO DO BRASIL	42
O Reconhecimento Geográfico, a Exploração do Pau-Brasil	42
A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	43
Os Tratados de Limites e a Expansão Territorial	43
A AMEAÇA EXTERNA E OS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO	43
A Presença Holandesa	43
A AGRICULTURA DE EXPORTAÇÃO COMO SOLUÇÃO	44
A Mineração e a Economia Colonial.....	44
A Interiorização da Colonização	44
A SOCIEDADE COLONIAL	45
AS LUTAS DOS NEGROS E OS MOVIMENTOS NATIVISTAS, OS INDÍGENAS E A REAÇÃO À CONQUISTA.....	45
A ARTE E A LITERATURA DA FASE COLONIAL	47
A AÇÃO MISSIONÁRIA E A EDUCAÇÃO	48
■ BRASIL IMPÉRIO	48
A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL	48
O Processo Político no Primeiro Reinado, a Abdicação de D. Pedro I e as Rebeliões Provinciais.....	49
O Centralismo Político e os Conflitos Sociais do Período Regencial.....	50

A Evolução Político-Administrativa do Segundo Reinado.....	50
A POLÍTICA EXTERNA E OS CONFLITOS LATINO-AMERICANOS DO SÉCULO XIX	50
A SOCIEDADE BRASILEIRA DA FASE IMPERIAL, O SURTO DO CAFÉ, AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS	50
A Imigração	51
A Abolição da Escravidão.....	51
AS QUESTÕES RELIGIOSA E MILITAR.....	52
AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, AS CIÊNCIAS, AS ARTES E A LITERATURA NO PERÍODO IMPERIAL.....	52
■ BRASIL REPÚBLICA	52
A CRISE DO SISTEMA MONÁRQUICO IMPERIAL E A SOLUÇÃO REPUBLICANA.....	52
A CONSTITUIÇÃO DE 1891	52
A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930) E SUA EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	52
A Vida Econômica e os Movimentos Sociais no Campo e nas Cidades.....	53
As Dissidências Oligárquicas e a Revolução de 1930.....	53
A SEGUNDA REPÚBLICA E SUA TRAJETÓRIA POLÍTICO-INSTITUCIONAL.....	55
DO ESTADO NOVO AO GOLPE MILITAR DE 1964	56
A CURTA EXPERIÊNCIA PARLAMENTARISTA.....	60
AS CONSTITUIÇÕES DE 1946, 1967 E 1988.....	61
AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS AO LONGO DOS CEM ANOS DE VIDA REPUBLICANA.....	61
O CAFÉ E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	64
AS CRISES E AS LUTAS OPERÁRIAS	65
O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E O ENDIVIDAMENTO EXTERNO	65
ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO CULTURAL E CIENTÍFICO DO BRASIL NO SÉCULO XX	67
A Globalização e as Questões Ambientais	67
FILOSOFIA.....	73
■ INTRODUÇÃO À FILOSOFIA: HISTÓRIA DA FILOSOFIA: INSTRUMENTOS DE PESQUISA	73
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA CIÊNCIA.....	73
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA CULTURA	74
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA ARTE	75
O INTELLECTO: EMPIRISMO E CRITICISMO.....	76

OS DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E JUSTIÇA.....	77
■ FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: A TÉCNICA.....	78
O EU RACIONAL: INTRODUÇÃO AO SUJEITO ÉTICO	78
INTRODUÇÃO À BIOÉTICA.....	81
■ IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A CIDADANIA.....	82
O HOMEM COMO UM SER DA NATUREZA.....	82
A Concepção Platônica da Desigualdade	82
A Desigualdade Segundo Rousseau.....	83
SOCIOLOGIA	89
■ O HOMEM NA SOCIEDADE E A SOCIOLOGIA	89
O HOMEM COMO SER SOCIAL	89
COMO PENSAR DIFERENTES REALIDADES.....	89
■ O QUE PERMITE AO HOMEM VIVER EM SOCIEDADE?	90
RELAÇÕES E INTERAÇÕES SOCIAIS: SOCIALIZAÇÃO	90
A INSERÇÃO EM GRUPOS SOCIAIS: FAMÍLIA, ESCOLA, VIZINHANÇA, TRABALHO.....	91
■ O QUE NOS UNE E O QUE NOS DIFERENCIA COMO HUMANOS?	92
CONTEÚDOS SIMBÓLICOS DA VIDA HUMANA: CULTURA.....	92
Características da Cultura.....	92
O QUE NOS DIFERENCIA COMO HUMANOS: A HUMANIDADE NA DIFERENÇA	93
■ O QUE NOS DESIGUALA COMO HUMANOS?	93
ETNIAS	93
CLASSES SOCIAIS.....	94
GÊNERO	95
GERAÇÃO	96
■ A DIVERSIDADE SOCIAL BRASILEIRA	96
A POPULAÇÃO BRASILEIRA: DIVERSIDADE NACIONAL E REGIONAL.....	96
O ESTRANGEIRO DO PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO	97
A FORMAÇÃO DA DIVERSIDADE: MIGRAÇÃO, EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO	97
Aculturação e Assimilação.....	98

■ A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA VIDA SOCIAL BRASILEIRA	98
O TRABALHO COMO MEDIAÇÃO E DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO	98
DIVISÃO SEXUAL E ETÁRIA DO TRABALHO	99
DIVISÃO MANUFATUREIRA DO TRABALHO	100
PROCESSO DE TRABALHO E RELAÇÕES DE TRABALHO	100
REFERÊNCIAS	100
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	100
EMPREGO E DESEMPREGO NA ATUALIDADE	101
■ O HOMEM EM MEIO AOS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL	101
RAZÕES PARA A VIOLÊNCIA	102
DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA	103
Doméstica	104
Sexual	104
Na Escola.....	104
■ CIDADANIA	105
O SIGNIFICADO DE SER CIDADÃO ONTEM E HOJE.....	105
DIREITOS CIVIS, DIREITOS POLÍTICOS, DIREITOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS	105
A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A CONSTITUIÇÃO PAULISTA.....	106
A EXPANSÃO DA CIDADANIA PARA GRUPOS ESPECIAIS.....	106
Crianças e Adolescentes, Idosos e Mulheres	106
■ A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO.....	107
ESTADO E GOVERNO	107
SISTEMAS DE GOVERNO	108
ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.....	108
■ A NÃO CIDADANIA	109
DESUMANIZAÇÃO E COISIFICAÇÃO DO OUTRO.....	109
REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA DESIGUALDADE SOCIAL	109
 GEOGRAFIA.....	 115
■ A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: OS MECANISMOS DA NATUREZA.....	115
OS RECURSOS NATURAIS E A SOBREVIVÊNCIA DO HOMEM	115

O USO DOS RECURSOS NATURAIS E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	115
As Desigualdades na Distribuição e na Apropriação dos Recursos Naturais no Mundo	115
■ ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO ESPAÇO MUNDIAL	117
CAPITALISMO, INDUSTRIALIZAÇÃO E TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL	117
Economias Industriais e Não Industriais: Articulação e Desigualdades.....	117
AS TRANSFORMAÇÕES NA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO	118
INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO: DOMINAÇÃO/SUBORDINAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA	119
FUNDAMENTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS DA MOBILIDADE ESPACIAL E DO RESCIMENTO DEMOGRÁFICO	119
A DIVISÃO INTERNACIONAL E TERRITORIAL DO TRABALHO, O FIM DA GUERRA FRIA E A DESAGREGAÇÃO DA URSS	120
A Nova Ordem Econômica Mundial.....	121
■ O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO	121
A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA	121
O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL	123
URBANIZAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	125
ESTRUTURA E PRODUÇÃO AGRÁRIA E IMPACTOS AMBIENTAIS.....	128
POPULAÇÃO: CRESCIMENTO, ESTRUTURA E MIGRAÇÕES, CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO	129
O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS.....	134
O Papel do Estado e as Organizações Político-Econômicas na Produção do Espaço	134
A REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO	135
LÍNGUA PORTUGUESA.....	147
■ NORMA ORTOGRÁFICA.....	147
■ CLASSES DE PALAVRAS	147
■ MORFOSSINTAXE	164
PROCESSOS DE DERIVAÇÃO	164
PROCESSOS DE FLEXÃO VERBAL E NOMINAL	166
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	168
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	171
CRASE.....	173

COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO.....	174
COLOCAÇÃO DAS PALAVRAS	177
■ PONTUAÇÃO.....	178
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	180
INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E SUAS RELAÇÕES COM A REALIDADE CULTURAL QUE OS PRODUZIU, NOMEADAMENTE COM OS PROCESSOS LITERÁRIOS DOS QUAIS SE MOSTRAM COMO ÍNDICES EXEMPLARES	180
■ ORGANIZAÇÃO TEXTUAL	183
■ MECANISMOS DE COESÃO E COERÊNCIA.....	186
■ FIGURAS DE LINGUAGEM	190
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	193
■ LITERATURA BRASILEIRA: DESDE AS ORIGENS ATÉ A ATUALIDADE	194
VANGUARDAS EUROPEIAS.....	201
Características	202
Autores e Obras.....	203
MODERNISMO.....	203
Primeira Fase do Modernismo (1922 – 1930): “Fase Heroica”	203
Segunda Fase do Modernismo (1930 – 1945): “Fase de Consolidação”	203
Terceira Fase do Modernismo (1945 – 1980): “Pós-Modernista”	203
Características	203
Alguns Autores e Principais Obras	203
PÓS-MODERNISMO	203
■ LITERATURA PORTUGUESA: DESDE AS ORIGENS ATÉ O PRIMEIRO MODERNISMO (SÉCULO XX)	205
AUTORES E OBRAS MAIS REPRESENTATIVOS, COMO TAMBÉM ÉPOCAS OU “ESCOLAS LITERÁRIAS” A QUE ELES PERTENCEM.....	205
LÍNGUA INGLESA.....	215
■ COMPREENSÃO GERAL DO SENTIDO E DO PROPÓSITO DO TEXTO.....	215
■ COMPREENSÃO DE IDEIAS ESPECÍFICAS EXPRESSAS EM PARÁGRAFOS E FRASES E A RELAÇÃO ENTRE PARÁGRAFOS E FRASES DO TEXTO	220
■ LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS EM UM OU MAIS TRECHOS DO TEXTO	221

■ IDENTIFICAÇÃO DE MARCADORES TEXTUAIS COMO CONJUNÇÕES, ADVÉRBIOS, PREPOSIÇÕES ETC., E COMPREENSÃO DE SUA FUNÇÃO ESSENCIAL NO TEXTO	223
■ COMPREENSÃO DO SIGNIFICADO DE ITENS LEXICAIS FUNDAMENTAIS PARA A CORRETA INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEJA POR MEIO DE SUBSTITUIÇÃO (SINÓNÍMIA) OU DE EXPLICAÇÃO DA CARGA SEMÂNTICA DO TERMO OU EXPRESSÃO.....	233
■ LOCALIZAÇÃO DE REFERÊNCIA TEXTUAL ESPECÍFICA DE ELEMENTOS, TAIS COMO PRONOMES, ADVÉRBIOS, ENTRE OUTROS, SEMPRE EM FUNÇÃO DE SUA RELEVÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DAS IDEIAS EXPRESSAS NO TEXTO	235
■ COMPREENSÃO DA FUNÇÃO DE ELEMENTOS LINGUÍSTICOS ESPECÍFICOS NA PRODUÇÃO DE SENTIDO NO CONTEXTO EM QUE SÃO UTILIZADOS	244
MATEMÁTICA.....	253
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS	253
NÚMEROS NATURAIS E NÚMEROS INTEIROS	253
INDUÇÃO FINITA.....	255
DIVISIBILIDADE.....	256
MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM	256
DECOMPOSIÇÃO EM FATORES PRIMOS	257
NÚMEROS RACIONAIS E NOÇÃO ELEMENTAR DE NÚMEROS REAIS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES, ORDEM, VALOR ABSOLUTO, DESIGUALDADES.....	258
NÚMEROS COMPLEXOS: REPRESENTAÇÃO E OPERAÇÕES NAS FORMAS ALGÉBRICA E TRIGONOMÉTRICA, RAÍZES DA UNIDADE.....	260
SEQUÊNCIAS: NOÇÃO DE SEQUÊNCIA, PROGRESSÕES ARITMÉTICA E GEOMÉTRICA, NOÇÃO DE LIMITE DE UMA SEQUÊNCIA, SOMA DA SÉRIE GEOMÉTRICA	267
REPRESENTAÇÃO DECIMAL DE UM NÚMERO REAL	270
GRANDEZAS DIRETA E INVERSAMENTE PROPORCIONAIS	271
PORCENTAGEM	273
JUROS SIMPLES E COMPOSTOS	274
■ POLINÔMIOS	277
CONCEITO, GRAU E PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS	277
OPERAÇÕES COM POLINÔMIOS.....	278
DIVISÃO DE UM POLINÔMIO POR UM BINÔMIO DA FORMA X-A	278
DIVISÃO DE UM POLINÔMIO POR OUTRO POLINÔMIO DE GRAU MENOR OU IGUAL.....	279
■ EQUAÇÕES ALGÉBRICAS	279

DEFINIÇÃO	279
CONCEITO DE RAIZ	280
ENUNCIADO DO TEOREMA FUNDAMENTAL DA ÁLGEBRA	280
RELAÇÕES ENTRE COEFICIENTES E RAÍZES	280
MULTIPLICIDADE DE RAÍZES.....	282
Pesquisa de Raízes Múltiplas	282
RAÍZES: RACIONAIS, REAIS E COMPLEXAS.....	282
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE	282
PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DE CONTAGEM.....	283
ARRANJOS, PERMUTAÇÕES E COMBINAÇÕES SIMPLES	283
BINÔMIO DE NEWTON.....	285
EVENTOS.....	286
CONJUNTO UNIVERSO.....	286
CONCEITUAÇÃO DE PROBABILIDADE	286
EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUSIVOS	286
PROBABILIDADE DA UNIÃO E DA INTERSECÇÃO DE DOIS OU MAIS EVENTOS.....	287
PROBABILIDADE CONDICIONAL	288
EVENTOS INDEPENDENTES	288
■ NOÇÕES BÁSICAS DE ESTATÍSTICA	289
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA (BARRAS, SEGMENTOS, SETORES, HISTOGRAMAS).....	289
MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL (MÉDIA, MEDIANA E MODA).....	291
■ MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES.....	292
MATRIZES	292
OPERAÇÕES.....	293
MATRIZ INVERSA	295
DETERMINANTE DE UMA MATRIZ QUADRADA: PROPRIEDADES E APLICAÇÕES	296
SISTEMAS LINEARES. MATRIZ ASSOCIADA A UM SISTEMA. RESOLUÇÃO E DISCUSSÃO DE UM SISTEMA LINEAR.....	299
REGRAS DE CRAMER.....	300
■ GEOMETRIA ANALÍTICA	303
COORDENADAS CARTESIANAS NA RETA E NO PLANO.....	303

DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS	303
EQUAÇÃO DA RETA: FORMAS REDUZIDA, GERAL E SEGMENTÁRIA; COEFICIENTE ANGULAR	303
INTERSECÇÃO DE RETAS	304
RETAS PARALELAS E PERPENDICULARES	304
FEIXE DE RETAS.....	305
DISTÂNCIA DE UM PONTO A UMA RETA.....	305
ÁREA DE UM TRIÂNGULO	305
EQUAÇÃO DA CIRCUNFERÊNCIA; TANGENTES A UMA CIRCUNFERÊNCIA; INTERSECÇÃO DE UMA RETA A UMA CIRCUNFERÊNCIA	306
ELIPSE, HIPÉRBOLE E PARÁBOLA: EQUAÇÕES REDUZIDAS	311
■ FUNÇÕES	316
GRÁFICOS DE FUNÇÕES INJETORAS, SOBREJETORAS E BIJETORAS	318
FUNÇÃO COMPOSTA	318
FUNÇÃO INVERSA	318
FUNÇÃO E FUNÇÃO QUADRÁTICA.....	319
FUNÇÃO EXPONENCIAL.....	321
FUNÇÃO LOGARÍTMICA.....	322
Teoria dos Logaritmos; Uso de Logaritmos em Cálculos.....	322
■ EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES.....	324
LINEARES.....	324
QUADRÁTICAS.....	326
EXPONENCIAIS.....	327
LOGARÍTMICAS	328
■ TRIGONOMETRIA	329
ARCOS E ÂNGULOS: MEDIDAS, RELAÇÕES ENTRE ARCOS.....	329
RAZÕES TRIGONOMÉTRICAS: CÁLCULO DOS VALORES EM $\pi/6$, $\pi/4$ E $\pi/3$	331
Resolução de Triângulos Retângulos.....	331
Resolução de Triângulos Quaisquer: Lei Dos Senos e Lei dos Cossenos	332
FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS: PERIODICIDADE, GRÁFICOS, SIMETRIAS	333
FÓRMULAS DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, DUPLICAÇÃO E BISSECÇÃO DE ARCOS.....	338
TRANSFORMAÇÕES DE SOMAS DE FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS EM PRODUTOS.....	338

EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES TRIGONOMÉTRICAS.....	339
■ GEOMETRIA PLANA	341
FIGURAS GEOMÉTRICAS SIMPLES: RETA, SEMIRRETA, SEGMENTO, ÂNGULO PLANO, POLÍGONOS PLANOS	343
CIRCUNFERÊNCIA E CÍRCULO	344
CONGRUÊNCIA DE FIGURAS PLANAS	346
SEMELHANÇA DE TRIÂNGULOS	347
RELAÇÕES MÉTRICAS NOS TRIÂNGULOS	348
POLÍGONOS REGULARES E CÍRCULOS: ÁREAS DE POLÍGONOS E CÍRCULOS	349
COROA	351
SECTOR CIRCULAR	351
■ GEOMETRIA ESPACIAL	352
RETAS E PLANOS NO ESPAÇO	352
PARALELISMO E PERPENDICULARISMO	352
ÂNGULOS DIEDROS E ÂNGULOS POLIÉDRICOS	354
POLIEDROS: POLIEDROS REGULARES	354
PRISMAS, PIRÂMIDES E RESPECTIVOS TRONCOS: CÁLCULO DE ÁREAS E VOLUMES	355
CILINDRO, CONE E ESFERA: CÁLCULO DE ÁREAS E VOLUMES	358
FÍSICA	367
■ MOVIMENTOS	367
CONCEITOS BÁSICOS E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO	367
LEIS DE NEWTON	372
■ CONSERVAÇÃO DA ENERGIA	375
TRABALHO	375
ENERGIA CINÉTICA	376
ENERGIA POTENCIAL	376
ENERGIA MECÂNICA E CONSERVAÇÃO DA ENERGIA MECÂNICA	377
■ TERMOLOGIA	377
TEMPERATURA E CALOR COMO ENERGIA EM TRÂNSITO	377
ESCALAS TERMOMÉTRICAS	378

■ ELETRICIDADE.....	383
CARGA ELÉTRICA E SUA CONSERVAÇÃO.....	383
LEI DE COULOMB	384
CORRENTE ELÉTRICA E SUA CONSERVAÇÃO	385
QUÍMICA.....	389
■ ASPECTOS MACROSCÓPICOS DA MATÉRIA	389
ESTADOS FÍSICOS DA MATÉRIA	391
MUDANÇA DE ESTADO.....	392
PROCESSOS DE SEPARAÇÃO E CRITÉRIOS DE PUREZA.....	393
DENSIDADE	397
■ ÁTOMOS E MOLÉCULAS	397
CONSTITUIÇÃO DO ÁTOMO.....	403
Elementos Químicos, Moléculas.....	403
Número Atômico, Número De Massa E Isotopia	404
Massa Atômica E Molecular	404
DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA EM NÍVEIS.....	405
■ CLASSIFICAÇÃO E PROPRIEDADES PERIÓDICAS DOS ELEMENTOS	406
TABELA PERIÓDICA	407
PERIODICIDADE DAS PROPRIEDADES QUÍMICAS DOS ELEMENTOS	409
■ LIGAÇÃO QUÍMICA.....	411
METÁLICA, IÔNICA E COVALENTE.....	411
■ FUNÇÕES INORGÂNICAS	412
ÓXIDOS, ÁCIDOS, BASES E SAIS	412
■ REAÇÕES QUÍMICAS	414
TRANSFORMAÇÕES QUÍMICAS E SUA REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA	414
LEI DA CONSERVAÇÃO DA MATÉRIA.....	416
BALANCEAMENTO DE EQUAÇÕES QUÍMICAS.....	417
BIOLOGIA.....	421
■ CÉLULA	421

A UNIDADE DOS SERES VIVOS	421
ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS CÉLULAS	421
DIVERSIDADE E ORGANIZAÇÃO DAS CÉLULAS.....	421
CÉLULA E MANUTENÇÃO DA VIDA.....	422
■ A CONTINUIDADE DA VIDA HEREDITARIEDADE E EVOLUÇÃO - AS CONCEPÇÕES DA HEREDITARIEDADE	430
TEORIA CROMOSSÔMICA DA HERANÇA	430
AMPLIAÇÕES DOS PRINCÍPIOS DE MENDEL	430
A NATUREZA QUÍMICA E A EXPRESSÃO DOS GENES.....	432
TEORIA DA EVOLUÇÃO	436
■ DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS.....	439
ALGUNS SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO.....	439
CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS GRANDES GRUPOS	439
A BIOLOGIA DAS PLANTAS	441
A BIOLOGIA DOS ANIMAIS	441
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	445
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL: DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	445
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	445
DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	454
■ DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	457
Disposições Gerais	457
Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	460
DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	461
Da Segurança Pública.....	463
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	465
DA ORGANIZAÇÃO E PODERES	465
DO PODER EXECUTIVO.....	466
DO PODER JUDICIÁRIO	472
Do Tribunal de Justiça Militar e dos Conselhos de Justiça Militar	472
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	473

Disposições Gerais	473
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO	477
Dos Servidores Públicos Cíveis.....	477
Dos Servidores Públicos Militares	481
DA SEGURANÇA PÚBLICA	482
Disposições Gerais	482
Da Polícia Militar	483
■ LEI FEDERAL N° 12.527, DE 2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	484
■ DECRETO N° 58.052, DE 2012 – REGULAMENTA A LEI N° 12.527, DE 2011, QUE REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.....	493

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Com forte expressão no pós-guerra, os direitos e garantias fundamentais, apesar de seu teor sensivelmente constitucional, são interdisciplinares e se relacionam a todos os ramos do direito. Diz-se isso pois, pautados na busca de justiça e paz social, aqueles refletem um compromisso geral do direito e da justiça de proteção e garantia de uma vida digna a todos os cidadãos.

Além disso, toda a legislação infraconstitucional também reflete, de forma geral, a preocupação com políticas adequadas que conciliem o desenvolvimento econômico, social e cultural. De todas as circunstâncias acima citadas, parte a interdisciplinaridade entre os direitos e garantias fundamentais e outros ramos do direito, tais como o direito penal, civil, trabalhista e processual.

A amplitude temática dos direitos e garantias fundamentais é uma questão de toda a seara jurídica, visto que a consolidação e efetivação dos direitos fundamentais encontram-se diretamente relacionadas à própria condição da vida humana.

Dito isso, é importante reafirmarmos que estes direitos e garantias **não** estão taxativamente expressos na Constituição Federal. Trata-se de uma matéria esparsa, consubstanciada em toda legislação nacional, inclusive infraconstitucional. Entretanto, apesar de não se tratar de uma matéria exaustiva e taxativa, *numerus clausus*, o rol dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 é exemplificativo. Por isso, é importante estudarmos alguns dispositivos da carta magna.

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Os direitos e deveres individuais e coletivos encontram-se elencados no art. 5º da Constituição:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Princípio da Igualdade entre Homens e Mulheres

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Como o próprio nome diz, o princípio prega a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Princípio da Legalidade e Liberdade de Ação

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Todo ser humano é livre e só está obrigado a fazer ou não algo que esteja previsto em lei. Deste princípio, decorre a ideia de que “não há crime sem lei anterior que o defina”, ou seja, a concepção de que “crime” é aquilo que está expressamente previsto na lei penal.

Vedação de Práticas de Tortura Física e Moral, tratamento Desumano e Degradante

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

São vedados a prática de tortura física e moral e qualquer tipo de tratamento desumano, degradante ou contrário à dignidade humana realizado por qualquer autoridade ou até mesmo entre os próprios cidadãos. A proibição à tortura, cláusula pétreia de nossa Constituição, visa resguardar o direito de uma vida digna. A prática da tortura é, ainda, crime inafiançável na legislação penal brasileira.

Liberdade de Manifestação do Pensamento e Vedação do Anonimato, visando Coibir Abusos e Não Responsabilização pela Veiculação de Ideias e Práticas Prejudiciais

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Aqui, temos consubstanciada a liberdade de expressão. A Constituição Federal pôs fim à censura, tornando livre a manifestação do pensamento. Entretanto, esta liberdade não é absoluta, uma vez que deve se pautar nos princípios da justiça e do direito. Nesse sentido, é vedada a liberdade abusiva, prejudicial aos direitos de outrem, e, também, o anonimato, de forma a coibir práticas prejudiciais sem identificação de autoria.

A vedação constitucional ao anonimato, contudo, não impede que uma autoridade pública, ao receber uma denúncia anônima, proceda com as investigações preliminares, de forma a apurar os indícios de materialidade narrados na denúncia.

Direito de Resposta e Indenização

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

De acordo com o inciso acima, o direito de resposta, associado à indenização por dano material, moral ou à imagem, é assegurado às pessoas físicas e jurídicas quando estas, por meio dos canais midiáticos de comunicação, recebem ofensas a:

- sua honra;
- sua reputação;
- seu conceito;
- seu nome;
- sua marca;
- sua imagem etc.

Liberdade Religiosa e de Consciência

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

O Estado brasileiro é **laico**, ou seja, **não se apoia e nem se opõe a nenhuma religião**. Por isso, a **liberdade de crença e de consciência são direitos fundamentais** previstos na magna carta. A Constituição assegura, ainda, a liberdade de cultos, a proteção dos locais religiosos e a não privação de direitos em razão da crença pessoal.

A **escusa de consciência** consiste no direito individual de se recusar a cumprir determinada obrigação ou a praticar determinado ato comum por este ser contrário às suas crenças religiosas ou à sua convicção filosófica ou política. Nesses casos, de acordo com a lei, a pessoa deve cumprir uma prestação alternativa, fixada em lei. Serve como exemplo desse direito o cidadão que deixa de prestar serviço militar obrigatório por motivo de crença.

Se o cidadão que invocar a escusa de consciência em seu benefício deixar de cumprir a prestação alternativa imposta, poderá incorrer na **perda** dos direitos políticos, segundo a doutrina majoritária, ou na **suspensão** destes, a teor do que se estabelece no § 2º, art. 4º, da Lei nº 8.239, de 1991:

§ 2º [...] suspensão dos direitos políticos do inadimplente, que poderá, a qualquer tempo, regularizar sua situação mediante cumprimento das obrigações devidas.

Art. 3º O Serviço Militar inicial é obrigatório a todos os brasileiros, nos termos da lei.

§ 1º Ao Estado-Maior das Forças Armadas compete, na forma da lei e em coordenação com os Ministérios Militares, atribuir Serviço Alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

§ 2º Entende-se por Serviço Alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, em substituição às atividades de caráter essencialmente militar.

§ 3º O Serviço Alternativo será prestado em organizações militares da ativa e em órgãos de formação de reservas das Forças Armadas ou em órgãos subordinados aos Ministérios Civis, mediante convênios entre estes e os Ministérios Militares, desde que haja interesse recíproco e, também, sejam atendidas as aptidões do convocado.

§ 4º O Serviço Alternativo incluirá o treinamento para atuação em áreas atingidas por desastre, em situação de emergência e estado de calamidade, executado de forma integrada com o órgão federal responsável pela implantação das ações de proteção e defesa civil. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 5º A União articular-se-á com os Estados e o Distrito Federal para a execução do treinamento a que se refere o § 4º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

Art. 4º Ao final do período de atividade previsto no § 2º do art. 3º desta lei, será conferido Certificado de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, com os mesmos efeitos jurídicos do Certificado de Reservista.

§ 1º A recusa ou cumprimento incompleto do Serviço Alternativo, sob qualquer pretexto, por motivo de responsabilidade pessoal do convocado, implicará o não-fornecimento do certificado correspondente, pelo prazo de dois anos após o vencimento do período estabelecido.

§ 2º Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, o certificado só será emitido após a decretação, pela autoridade competente, da suspensão dos direitos políticos do inadimplente, que poderá, a qualquer tempo, regularizar sua situação mediante cumprimento das obrigações devidas.

Liberdade de Expressão e Proibição de Censura

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Aqui, mais uma vez, é consubstanciada a liberdade de expressão. Além disso, de acordo com o inciso, é vedada a censura às atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação.

Proteção à Imagem, Honra e Intimidade da Pessoa Humana

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Com intuito da proteção, a Constituição Federal tornou inviolável a imagem, a honra e a intimidade da pessoa humana, assegurando o direito à reparação material ou moral em caso de violação.

Proteção do Domicílio do Indivíduo

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência).

A proteção do domicílio é direito fundamental. A casa do indivíduo, portanto, é inviolável. De outro modo, não se tratando de casos excepcionais de flagrante delito, prestação de socorro ou ordem judicial, só podem adentrar, nesta, aqueles que possuem consentimento do morador.

Proteção do Sigilo das Comunicações

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996).

De acordo com a lei básica, o sigilo das comunicações é direito fundamental e, portanto, inviolável, salvo em casos de ordem judicial.

Liberdade de Profissão

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

A liberdade descrita acima não é absoluta, pois se limita às qualificações profissionais que a lei estabelece. Assim, a pessoa é livre para escolher o seu ofício profissional desde que atendidas as qualificações legais que cada profissão demanda.

Acesso à Informação

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

O direito à informação é assegurado constitucionalmente, garantido o sigilo da fonte, quando necessário.

Liberdade de Locomoção, Direito de Ir e Vir

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

Esse inciso consagra o direito de ir e vir e a liberdade de locomoção. Nesse sentido, todos são livres para entrar, circular, permanecer ou sair do território nacional **em tempos de paz**.

Direito de Reunião

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

O direito de reunião pacífica em locais públicos é assegurado constitucionalmente, independentemente de autorização. Assim, os cidadãos podem se reunir livremente em praças e locais de uso comum do povo, desde que não venham a interferir ou atrapalhar outra reunião designada anteriormente para o mesmo local.

Liberdade de Associação

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

No Brasil, são plenas a liberdade de associação e a criação de associações e cooperativas para fins lícitos. Por isso, estas não podem sofrer intervenção do Estado.

Forças paramilitares, também conhecidas como milícias, são grupos ou associações civis armadas, normalmente com fins político-partidários, religiosos ou ideológicos, e com estrutura semelhante a militar, mas que não fazem parte das Forças Armadas oficiais. No Brasil, a Segurança Nacional e Defesa Social é atribuição exclusiva do Estado, por isso, as associações paramilitares são vedadas.

Direito de Propriedade e sua Função Social

XXII - é garantido o direito de propriedade;
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Uma importante garantia constitucional é o direito de propriedade. Entretanto, este direito não é absoluto, pois está limitado ao atendimento de sua função social, ou seja, além da ideia de pertença, toda propriedade deve atender a interesses de ordem pública e privada, não sendo nociva à coletividade em seu uso e fruição.

Intervenção do Estado na Propriedade

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;
XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

O direito de propriedade não é absoluto. Dada a supremacia do interesse público sobre o particular, nas hipóteses legais, é permitida a intervenção do Estado na propriedade.

Pequena Propriedade Rural

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

A pequena propriedade rural é impenhorável e não responde por dívidas decorrentes de sua atividade produtiva.

Direito Autoral e Propriedade Industrial

Com a edição da Constituição de 1988, os direitos autorais encontraram ampla guarida. Além da Lei de Direitos Autorais, a Constituição prevê, assim, uma ampla proteção às obras intelectuais.

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;
XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:
a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;
b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

A Constituição Federal protege, ainda, a propriedade industrial. Nesse sentido, é importante mencionarmos que esta se difere da propriedade intelectual e, por isso, não é objeto de proteção da Lei de Direitos Autorais, mas, sim, da **Lei da Propriedade Industrial**.

O direito autoral volta-se às criações artísticas, científicas, musicais, literárias, entre outras. Desse modo, bem como o direito das empresas de rádio fusão e cinematográficas, este protege obras literárias (escritas ou orais), musicais, artísticas, científicas, obras de escultura, pintura e fotografia.

Pelo **direito de exclusividade**, o autor é o único que pode explorar sua obra, gozar dos benefícios morais e econômicos resultantes dela ou ceder os direitos de exploração a terceiros.

Por sua vez, a propriedade industrial é o ramo da propriedade intelectual que resguarda os trabalhos intelectuais, também chamados de obras utilitárias, voltados às atividades industriais, abrangendo, por exemplo, o autor de determinado processo, invenção, modelo, desenho ou produto. Estas criações são protegidas por meio de patentes e registros (CNJ, 2016).

Atenção: enquanto a proteção ao direito autoral busca reprimir o plágio, a proteção à propriedade industrial busca conter a concorrência desleal.

Direito de Sucessão e Herança

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

O direito de herança ou **direito sucessório** é o ramo específico do Direito Civil que visa regular as relações jurídicas decorrentes do falecimento do indivíduo, o *de cujus* e a transferência de bens e direitos aos seus sucessores.

Direito do Consumidor

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

O Direito do Consumidor é o ramo do direito que disciplina as relações entre fornecedores/prestadores de bens e serviços e o consumidor final, parte hipossuficiente econômica da relação jurídica. As relações de consumo, além do amparo constitucional, encontram proteção no Código de Defesa do Consumidor e na Legislação Civil.

Além de toda legislação consumerista, o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, órgão do Ministério Público de cada estado, é responsável por coordenar a política dos órgãos e entidades que atuam na proteção do consumidor, de forma a equilibrar as relações de consumo.

Direito de Informação, Petição e Obtenção de Certidão Junto aos Órgãos Públicos

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011).

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;*
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;*

Todo cidadão, independentemente de pagamento de taxa, tem direito à obtenção de informações, a protocolo de petição e à obtenção de certidões junto aos órgãos públicos de acordo com suas necessidades, salvo a imprescindibilidade do sigilo de determinadas informações para segurança jurídica das partes.

Princípio da Proteção Judiciária ou da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional possibilita que o cidadão ingresse em juízo para assegurar seus direitos ameaçados. Este consubstancia-se no direito de ação e no dever do magistrado do Judiciário de apreciar a demanda, solucionando o caso concreto com a aplicação da lei na busca da pacificação social.

Segurança Jurídica

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Para que entendamos o inciso acima, é importante conhecermos alguns conceitos. Vejamos abaixo.

- **Direito Adquirido:** incorporado ao patrimônio jurídico de seu titular, cujo começo do exercício tenha termo pré-fixado ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem, nos termos do § 2º, art. 6º, da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro;
- **Ato Jurídico Perfeito:** situação ou direito consumado e definitivamente exercido, sem quaisquer vícios ou nulidades, segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou;
- **Cosa Julgada:** matéria submetida a julgamento cuja sentença proferida transitou em julgado e não cabe mais recurso, não podendo, portanto, ser modificada.

Tribunal de Exceção

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

O juízo ou **tribunal de exceção** determina-se como aquele criado exclusivamente para o julgamento de um fato específico já acontecido, no qual os julgadores são escolhidos arbitrariamente. A Constituição veda tal prática, pois todos os casos devem se submeter a julgamento dos juízos e tribunais já existentes conforme suas competências pré-fixadas.

Tribunal do Júri

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;*
- b) o sigilo das votações;*
- c) a soberania dos veredictos;*
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;*

O Tribunal do Júri é o instituto jurisdicional destinado exclusivamente para o julgamento da prática de **crimes dolosos contra a vida**. Mais do que ampla, a defesa no âmbito do Tribunal do Júri é plena e a decisão dos jurados, cidadãos comuns do povo previamente alistados e selecionados por sorteio, é soberana.

Princípio da Legalidade, da Anterioridade e da Retroatividade da Lei Penal

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

De acordo com o inciso acima, para que determinada ação se configure como crime, esta deve encontrar-se expressamente prevista na lei penal. Portanto, se a conduta não está prescrita no Código Penal, não é crime e, conseqüentemente, não há pena.

Ademais, uma nova lei penal não retroage, isto é, não pode ser aplicada a condutas praticadas antes de sua entrada em vigor, mas, se a nova lei for mais benéfica, esta poderá retroagir para beneficiar o réu.

Princípio da Não Discriminação

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

O princípio da não discriminação garante tratamento igualitário a todas as pessoas em situações iguais e envolve a existência de normas que estabeleçam tal igualdade, com punição aos atos que resultem em discriminação atentatória dos direitos e garantias fundamentais.

Crimes Inafiançáveis, Imprescritíveis e Insuscetíveis de Graça e Anistia

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; (Regulamento).

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

A tabela abaixo sintetiza o conteúdo dos incisos. Por isso, a título de compreensão destes, vamos estudá-la.

CRIMES INAFIANÇÁVEIS E IMPRESCRITÍVEIS	CRIMES INAFIANÇÁVEIS E INSUSCETÍVEIS DE GRAÇA E ANISTIA
Racismo	Prática de Tortura
Ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático	Tráfico de drogas e entorpecentes
	Terrorismo
	Crimes hediondos

Atenção:

- **Crimes inafiançáveis:** são aqueles que não admitem fiança, ou seja, que não dão, ao acusado, o direito de responder seu processo em liberdade até a sentença condenatória mediante pagamento de determinada quantia pecuniária ou cumprimento de determinadas obrigações;
- **Crimes imprescritíveis:** são aqueles que não prescrevem e que podem ser julgados e punidos em qualquer tempo, independentemente da data em que foram cometidos;
- **Crimes insuscetíveis de graça e anistia:** são aqueles que não permitem a exclusão do crime com a rescisão da condenação e extinção total da punibilidade (anistia), nem a extinção da punibilidade, ainda que parcial (graça). A graça e anistia, são, portanto, em linhas gerais, formas de extinção da punibilidade. Estas possuem as seguintes características:

	ANISTIA	GRAÇA
Crimes	Crimes políticos	Crimes comuns

	ANISTIA	GRAÇA
Efeitos	Exclui o crime, rescinde a condenação e extingue totalmente a punibilidade	Extingue somente a punibilidade
Competência	Poder Legislativo	Exclusiva do Presidente da República
Concessão	Antes da sentença final ou depois da condenação irreversível	Apenas após o trânsito em julgado da sentença condenatória

Princípio da Intranscendência da Pena

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

Pelo princípio da intranscendência da pena, a aplicação desta será sempre pessoal e não poderá ser cumprida ou imputada a outro indivíduo. Em caso de reparação de dano, pode a obrigação ser estendida aos sucessores do responsável até o limite do valor do patrimônio sucedido.

Individualização da Pena

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;*
- b) perda de bens;*
- c) multa;*
- d) prestação social alternativa;*
- e) suspensão ou interdição de direitos;*

Pelo princípio da individualização da pena, fica garantido que, na fixação das penas dos condenados, sejam levados em consideração o histórico pessoal de cada indivíduo e a sua atuação individual, de forma que aquelas não sejam igualadas, mesmo que estes tenham praticado crimes idênticos. Assim, independentemente da prática de mesma conduta, cada indivíduo pode receber apenas a punição que lhe é devida.

Proibição de Penas

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;*
- b) de caráter perpétuo;*
- c) de trabalhos forçados;*
- d) de banimento;*
- e) cruéis.*

Como afirmativa dos direitos e da dignidade da pessoa humana, a Constituição Federal de 1988 veda:

- pena de morte;
- pena perpétua;
- banimento; e
- trabalhos forçados e cruéis.

Estabelecimentos para Cumprimento de Pena

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

Também em atenção à dignidade da pessoa humana, a Constituição Federal, de 1988, determina que as penas sejam cumpridas em diferentes tipos de estabelecimento, de acordo com a gravidade e natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

Respeito à Integridade Física e Moral dos Presos

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

É direito do apenado o respeito à sua integridade física e moral. É dever do Estado, por sua vez, garantir a sua segurança e proteção.